



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Brasília (DF), 16 de maio de 2016.

**Discurso do Diretor de Relacionamento Institucional e Cidadania e
Diretor de Administração do Banco Central do Brasil, Luiz Edson
Feltrim, na Cerimônia de Abertura da 3ª Semana de Educação
Financeira (Semana ENEF).**

NOMINATA

- Diretor Anthero de Moraes Meirelles, Diretor de Fiscalização do Banco Central, representando o Ministro de Estado Alexandre Tombini
- Leonardo Gomes Pereira, Presidente da CVM;
- Roberto Westenberger, Superintendente da SUSEP;
- José Elaeres Marques Texeira, Subprocurador-Geral da República;
- Carlos Alberto Maciel Teixeira, General-de-Divisão e Diretor de Assistência Social, representando o Exército Brasileiro.
- Ítalo Modesto Dutra – Diretor de Currículos e Educação Integral, representando o Ministério da Educação
- Ricardo Chiminazzo, Diretor do Procon Municipal de Campinas
- Rodrigo Paiva, representante da Maurício de Souza Produções
- Samy Dana, economista e colunista
- Representantes de instituições privadas e órgãos públicos, membros e não membros integrantes do Comitê Nacional de Educação Financeira
- Professores e especialistas da área de educação presentes neste auditório;
- Senhores Chefe de Gabinetes, Chefes de Unidade e demais colegas do Banco Central aqui presentes,
- Colegas das Regionais do Banco Central.

Senhoras e senhores, boa tarde.

É com enorme satisfação que realizamos esta cerimônia que marca o início da 3ª Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF), uma iniciativa do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) para promover a Estratégia Nacional de Educação Financeira. A 3ª Semana, que acontece de hoje até o próximo dia 22 de maio, trará a oportunidade de levar os temas educação financeira e previdenciária a milhares de brasileiros de diversas faixas etárias e classes sociais. São cursos, palestras, distribuição de materiais didáticos, visitas guiadas a instituições, competições/jogos, peças de teatro, matérias em jornais e revistas –diversas iniciativas a serem promovidas não apenas pelos 12 (doze) membros da sociedade civil e do poder público integrantes do CONEF, mas também pelos vários atores e parceiros chamados a contribuir com essa política de Estado, dentre os quais os senhores presentes neste auditório.

Um dos nossos principais desafios da Estratégia Nacional de Educação Financeira é fazer chegar a cada cidadão, em linguagem simples, didática e atraente, os diversos temas que perpassam a sua vida financeira, em particular suas finanças pessoais. Podemos citar como temas:

- 1) a própria educação financeira básica, aí compreendidos conceitos como consumo consciente, orçamento familiar, poupança e investimento e planejamento financeiro;
- 2) o relacionamento do cidadão com o Sistema Financeiro Nacional: uso de produtos e serviços financeiros, canais de atendimento, funcionamento do SFN;
- 3) benefícios previdenciários e o Regime Geral da Previdência Social.

Uma pergunta que muitas pessoas se fazem é a motivação do Banco Central e demais instituições integrantes do Comitê Nacional de Educação Financeira para se envolverem com esta agenda. A resposta está na necessidade de se conhecer

adequadamente o próprio Sistema Financeiro Nacional e suas particularidades. O cidadão educado financeiramente sabe se planejar e poupar, faz bom uso de concessões de crédito e opções de financiamento para bens duráveis e não duráveis que lhe são oferecidos e conhece bem os produtos e serviços das instituições financeiras. Se por um lado o crédito é ferramenta que contribui para o desenvolvimento econômico e social ao gerar emprego e renda, sua outra face é a dívida, que se não for adequadamente administrada pode levar ao superendividamento.

Ora, esse cidadão consciente e educado financeiramente, multiplicado pela sociedade brasileira, quando aliado à boa governança das instituições financeiras, contribui para a construção de um Sistema Financeiro Nacional sólido e eficiente. Daí o nosso entusiasmo em fazer com que a educação financeira seja parte, sobretudo, da cultura do Brasil, como tem acontecido em várias partes do mundo.

Sabemos que, mais do que uma iniciativa pontual, é preciso provocar mudanças permanentes na sociedade, por isso acreditamos no poder da educação financeira, sobretudo para crianças e jovens, que além de estarem em formação, tanto acadêmica quanto de seus valores, têm grande influência sobre o comportamento dos adultos que o cercam.

Assim, cumprimento em especial o Ministério da Educação (MEC), na pessoa de seu representante, Ítalo Dutra, pelo esforço do Ministério em reformular a Base Nacional Comum Curricular, que está aqui hoje para nos contar sobre o que está por vir em termos da inclusão do tema educação financeira na base curricular das escolas do ensino fundamental e médio.

É nesse mesmo esforço que o CONEF vem buscando se aproximar de instituições-chave como o Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação, e a Undime – União Nacional dos Dirigentes de Educação, que são fundamentais para fazer chegar às escolas públicas do ensino médio e fundamental os programas de educação financeira desenvolvidos no âmbito da Estratégia Nacional. Algumas secretarias de educação já estão engajadas para adotar o programa em suas escolas de ensino médio.

É importante registrar também o benefício que a educação financeira traz às próprias instituições financeiras. Clientes mais bem informados ajudam a criar um mercado mais competitivo e eficiente, demandando produtos compatíveis com suas necessidades financeiras de curto e longo prazo, o que exige por sua vez que as instituições criem produtos que possam corresponder a essa demanda. Dessa forma, reconhecemos a importância de as instituições financeiras se engajarem nesta agenda.

A educação financeira não avançará no país sem o esforço e o comprometimento engajado de múltiplos atores. Os órgãos públicos não podem fazer isso sozinhos, nem tampouco a iniciativa privada ou a sociedade civil. Foi essa a racionalidade que levou à criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira, por meio do Decreto nº 7.397 de 2010, a saber:

- 4 (quatro) órgãos reguladores do mercado financeiro: Banco Central do Brasil, Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Superintendência de Seguros Privados (Susep);
- 4 (quatro) órgãos de governo: Fazenda, Previdência, Justiça e Educação;
- 4 (quatro) membros da sociedade civil: Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

(BM&FBovespa), Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais (CNSeg) e Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Essas organizações conduzem ações próprias, setoriais, juntas e também separadamente, de educação financeira. No fim de 2015 foram mapeadas mais de 100 iniciativas gratuitas à população, dentre materiais e conteúdos gráficos, atividades presenciais e virtuais, vídeos, cursos à distância, ferramentas como a calculadora do cidadão, etc.

Além disso, as instituições trabalham coordenadamente no Comitê para fazer cumprir os “direcionadores estratégicos do CONEF”, quais sejam: 1) intensificar as ações junto ao ensino médio e ensino fundamental; 2) identificar, alinhar e fomentar as ações voltadas aos adultos; 3) induzir a comunicação e a disseminação do tema educação financeira no país; 4) identificar e viabilizar fontes de execução e financiamento para as ações; e 5) empreender a ação política junto às organizações afetas ao tema educação financeira.

Para operacionalizar e executar as ações da ENEF, o Comitê Nacional de Educação Financeira conta com a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil), uma OSCIP criada para esta finalidade, aqui representada por sua Superintendente, Professora Cláudia Forte. É digno de nota que, por meio da ação da AEF-Brasil, conjuntamente com o MEC, quase 3 mil escolas dos ensinos fundamental e médio receberam livros didáticos de educação financeira desenvolvidos com conteúdo e linguagem apropriados a cada faixa etária, nos 26 Estados e no Distrito Federal, tendo mais de seis mil professores da rede pública aderido ao programa de capacitação com o objetivo de aplicar o material recebido nas escolas.

Além das crianças, o CONEF está trabalhando, por meio da AEF-Brasil, para atingir a população adulta mais vulnerável. Para isso, foram eleitos como público-alvo os aposentados com renda de um a dois salários mínimos e mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. Para este grupo, estão finalizadas as tecnologias sociais a serem aplicadas, e está sendo iniciada a fase de projeto piloto para avaliação do impacto, que será seguida da disseminação das tecnologias junto aos públicos.

Estamos prontos para disseminar a educação financeira em larga escala pelo país. E aqui faço um apelo aos presentes: a ajuda da sociedade civil é bem-vinda nesta nobre causa. Em outras palavras: acreditamos no poder das parcerias e na força das associações público-privadas. Precisamos nos unir nesta tarefa para alcançar todos os brasileiros.

A ENEF, assim como o Plano Nacional de Consumo e Cidadania (Plandec), buscam fortalecer a proteção do cidadão por meio da disseminação de conhecimentos que possam mitigar sua vulnerabilidade frente aos agentes econômicos e financeiros com os quais ele se relaciona no dia a dia.

Conheceremos hoje um exemplo prático de iniciativa, por sinal conduzida no âmbito do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), para a disseminação da educação financeira, por meio das regras para o consumo consciente. Trata-se de ação do Procon Municipal de Campinas em parceria com a Maurício de Sousa Produções, que conheceremos daqui a pouco. Quando se trata de ensinar e criar hábitos saudáveis em crianças, é necessário buscar novas metodologias que cheguem aos jovens de forma mais lúdica, prática e tempestiva. Por isso o nosso esforço em trazer este exemplo prático para vocês.

É com grande expectativa que objetivamos alcançar número cada vez maior de pessoas pelas iniciativas de educação financeira nas edições da Semana Nacional de Educação Financeira. Na 1ª Semana ENEF, em 2014, foram realizados pouco mais de 170 eventos, presenciais e online, com 5 mil cidadãos beneficiados. Já na 2ª Semana ENEF, em 2015, realizamos 505 eventos, presenciais e online, alcançando mais de 14 mil cidadãos em todo o país.

Para a 3ª Semana Nacional de Educação Financeira, o site oficial da Semana já recebeu, até o momento, o cadastro de mais de 1.000 ações que serão realizadas ao longo desta semana. Destaque-se o esforço do Sistema Sicredi de cooperativas, que sozinho empreenderá mais de 500 ações ao longo desta semana.

A interessante palestra sobre tomada de decisões que será proferida pelo economista e colunista Samy Dana ao final do dia é uma das ações de educação financeira que ofereceremos durante a Semana. Faço o convite a todos do auditório a empreenderem outras ações no decorrer desta 3ª Semana ENEF, desejando que cada uma delas contribua para formar cidadãos cada vez mais conscientes na gestão de seus recursos financeiros.

Ao finalizar, agradeço o empenho de todos os integrantes do CONEF na estruturação e divulgação da 3ª Semana ENEF, os parceiros da educação financeira que estão promovendo iniciativas com seu público-alvo, e a equipe do Banco Central organizadora deste evento.

No papel de Presidente do Comitê durante o ano de 2016, desejo a todos um bom evento. Obrigado.